



ACÓRDÃO Nº1031/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1436/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsáveis:** Bonifácio José Baniwa, Ordenador de Despesa
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2325/2016-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Direta Estadual. Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND. Exercício de 2014.

Irregularidade. Revelia. Alcance. Multa. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Bonifácio José Baniwa, responsável pela Secretaria de Estado dos Povos Indígenas - SEIND**, exercício de 2014, com base no art. 22, III, "b" e "c" da Lei Estadual nº 2423/1996, pela competência estabelecida no art. 71 da CF/88, c/c o art. 40 da Constituição do Estado do Amazonas de 1989, e os art. 1º, II da Lei Estadual nº 2423/1996 c/c o art. 11, III, "a", "3" da Resolução TCE/AM nº 04/2002;
- 9.2. **Considerar revel** o Sr. Bonifácio José Baniwa, por não ter apresentado defesa em nenhuma das oportunidades em que foi notificado;
- 9.3. **Considerar em Alcance** o Sr. Bonifácio José Baniwa, **no valor de 906.386,40 (novecentos e seis mil, trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)**, que deve ser recolhido na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado para os Povos Indígenas - SEIND por **ausência de justificativa da finalidade da saída de caixa da Conta "Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados"**, com base no art. 304, I da Resolução TCE/AM nº 04/2002. O recolhimento deve ser feito



ACÓRDÃO Nº1031/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

no prazo de 30 dias.

9.4. Aplicar Multa ao Sr. Bonifácio José Baniwa no valor de **15.000,00 (quinze mil reais)**, que deve ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ pelas impropriedades apontadas nos itens **13.1, 13.2, 13.3, 13.4, 13.5 e 13.6** do Relatório/Voto, com base no art. 54, II da Lei Orgânica nº 2423/1996 c/c o art. 308, VI da Resolução TCE/AM nº 04/2002. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

9.5. Determinar à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.5.1. notifique o responsável com cópia do Relatório/Voto e Acórdão, para que **tome ciência** e, caso queira, interponha o respectivo recurso.

9.5.2. Ultrapassado o prazo para recolhimento da multa e do alcance, e não havendo recurso, autorize a **instauração de Cobrança Executiva**, nos moldes Regimentais.

10- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de Dezembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral